

Farda-se o oco paisano

VILLAS-BÔAS CORRÊA*

É possível que a lista de parlamentares assalariados do dispositivo das empreiteiras contenha alguns exageros e registre injustiças. Em tempo deverão ser corrigidas, embora sejam indeléveis os danos à ficha dos publicamente respingados pela lama da suspeição.

Mas é o preço a ser pago no espasmo da crise institucional que, afinal, e não sem tempo, vai deslizando para ocupar seu exato espaço total. Pois o Congresso não é o único réu com lugar cativo no banco do julgamento da sociedade.

Pegando em cheio as empreiteiras, lideradas pela poderosa Odebrecht, o visgo da corrupção embola, no mesmo poleiro, o Executivo e as grandes empresas especializadas no ramo degradado das obras públicas. Carimba-se assim o sabido com o selo da evidência, com a denúncia escorada em farta documentação e a relação dos subornados. E todo o porão se ilumina, expondo os cantos onde se amoitavam as quadrilhas solidárias e entendidas na pilhagem das verbas.

Este é o avanço, o largo passo à frente na rota da apuração de todo o roteiro da ladroeira. Pois que estamos devidamente informados de que a corrupção ganhou *status* de traço cultural das classes dirigentes, esparramando-se por todo o curso do dinheiro público, desde as fases de arrecadação até a festa da distribuição das porcentagens e gorjetas.

Inverteram os termos da avaliação da honradez no trato das verbas orçamentárias: em princípio, e até prova em contrário, passou a ser perfeitamente legítimo suspeitar que, onde quer que transite um centavo sugado em taxas e impostos — seja no plano federal, no estadual ou no municipal, em autarquias ou fundações —, grassa, solta e impune, a rapinagem oficializada.

Há mais. Já se pode ter uma idéia aproximada das porcentagens médias, devidamente corrigidas pelos índices de inflação — claro, calculadas em dólares —, e

mais as majorações estimuladas pela intensificação da demanda. Sem medo de exagero, a corrupção organizada fatura mais de 50% das verbas de obras e subvenções. Pois, apenas o *holding* das empreiteiras reserva, para as despesas com o pagamento da folha dos auxiliares e demais miudezas, 36% das verbas liberadas sob responsabilidade do bando. Some-se a generosa distribuição de propinas para apressar

a tarda preguiça burocrática, mais os pacotes das *verdinhais* para amaciar objeções, contornar exigências, facilitar as coisas.

A constatação é de arrepiar: o país paga duas vezes cada escola, cada ponte, cada estrada, cada posto de saúde que constrói ou reforma. Meio a meio: metade para a obra pública, para qualquer obra pública; metade para o rateio da extorsão. E isso na média. Há exemplos didáticos de saque de 100%, como nas subvenções a entidades fantomas. Em outros, admite-se que a extorsão não emplaque o êxito tão expressivo.

No caldo sujo da cultura da corrupção, porta-vozes das empreiteiras justificam-se, nas explicações cochichadas ao pé do ouvido, argumentando que não há como fugir às regras da fraude, à rotina estabelecida nas trapaças das concorrências com cartas marcadas e vencedores previamente combinados nos acertos da máfia. Quem não se submete à praxe, e é admitido na roda da partilha, vai à garra, definhando à mingua até a falência.

Assim desnuda em corpo inteiro, exposta à luminosidade intensa de denúncias reveladoras, o desafio da apuração não é tarefa exclusiva da CPI do Orçamento ou do Legislativo. O mutirão da faxina das instituições enxovalhadas recruta a todos para a urgência do esforço conjugado. Por entre sustos, medos, insôniias, excessos e lances eleitoreiros, a CPI está fazendo sua parte. Ela não tem volta: está condenada a ir ao fim da linha para não afundar arrastando a instituição, ameaçada pela rejeição e pelo descrédito popular. Mas não pode continuar sozinha, vergada ao peso da responsabilidade de apurar a teia nacional da corrupção que se ramifica por todo o tecido apodrecido.

Francamente, não se pode esperar muito do Judiciário, intocável na sua redoma, chitando o formalismo embolorado de dogmas caducos, desatento à discriminação do seu instrumental que consagra a injustiça, isolado da sociedade pela distância e até pela linguagem empolada que ninguém mais fala e entende. Ainda agora a revisão constitucional passa pela sua janela e ela banca a Carolina e não vê a oportunidade de influir nas reformas modernizadoras que são uma exigência nacional.

Resta o Executivo. Costuma-se dizer que o animal selado não passa duas vezes pela porta do destino. Pois o infatigável anjo da guarda do presidente Itamar Franco bisou a oferta de cavalgaduras de passo macio, postas à disposição do hesitante cavaleiro. Uma, logo após a convocação consensual para ocupar a cadeira do enxotado chefe do PC Farias. Outra, agora, justo quanto o resto de mandato presidencial descamba para as sombras do crepúsculo.

O presidente Itamar Franco, emoldurado pela sua reconhecida e impecável honestidade pessoal, está sendo reclamado para empunhar a bandeira de luta franca da devassa nacional para calafetar os ralos da corrupção. E é para já, com atraso. Não basta manifestar repúdio ao roubo e apoio às investigações da CPI. Desconfortável na omissão, informa-se que o presidente concluiu a elaboração de emenda constitucional, a ser encaminhada ao Congresso, criando o Conselho Nacional da Cidadania, com carta branca para levantar denúncias e apurar escândalos. Uma boa medida, só que de resultados demorados.

Não há tempo a perder nem razão para esperar. O vazio do poder paisano começa a ser discretamente ocupado pela farda. Em iniciativa extravagante, representantes do PT bateram às portas do ministro do Exército, general Zenildo Lucena, levando a documentação que revela o esquema de corrupção das empreiteiras. Por que o ministro do Exército e não todos os ministros? O PT está bulindo com quem está quieto. Depois, não se queixe.

**O PT está
bulindo com
quem estava
quieto. Não
venha se
queixar
depois.**